

ORGANIZAÇÃO

Bruno Leal, Carlos Alberto Carvalho, Geane Alzamora

Textualidades midiáticas

1ª EDIÇÃO

2018

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas



PPGCOM • UFMT

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Jaime Ramirez
Vice-Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Orestes Diniz Neto
Vice-Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Magno Camargos Mendonça
Sub-Coordenadora: Geane Alzamora

SELO EDITORIAL PPGCOM

Ângela Cristina Salgueiro Marques
Bruno Guimarães Martins

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elisabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T355 Textualidades midiáticas / Organizadores Bruno Leal, Carlos Alberto Carvalho, Geane Alzamora. – Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018. 172 p. (Olhares Transversais)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-54944-01-8

Formado PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web

1. Comunicação de massa. I. Leal, Bruno. II. Carvalho, Carlos Alberto. III. Alzamora, Geane.

CDD-302.23

Elaborada pela eDOC BRASIL por Maurício Amormino Júnior

© PPGCOM UFMG, 2018.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins (Coord.)
Ana Cláudia Maiolini
Bruno Menezes A. Guimarães
Olívia Binotto

DIAGRAMAÇÃO

Helena Antunes de Araújo

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação

Bruno Souza Leal

Num verbete dedicado às noções de texto e textualidade numa enciclopédia de geografia, K. Rhiney (2010) apresenta um conjunto de percepções que, de modo geral, recupera algumas das transformações pelas quais os dois termos passaram nos últimos anos. Se, por um lado, ele observa que não há “consenso” em torno do que seja um texto e do que o constitui, por outro verifica que o termo, através de contribuições tão distintas quanto as da Antropologia, da Linguística, da Filosofia e da Teoria Literária, foi expandido consideravelmente, para além de sua “estreita definição” como “mero meio impresso”. Nos termos de Gonzalo Abril (2007), isso implica o afastamento dialógico de uma

[l]arga tradición de teoría literária, de semiótica textual, de análisis hermenéutico, en que late la matriz iluminista del libro, y a su través la matriz teleológica del Libro, nos enfrentaba el texto como una entidad homogénea y bien definida, con una considerable autonomía formal y semántica” (2007, p.82)

Por um lado, isso é dizer, então, que a “expansão” do termo texto implicou a superação de visadas imanentistas, que centravam suas análises e movi-

mentos críticos na identificação de elementos e características formais, “internas” e “intrínsecas” de um dado artefato linguístico, apreendido por sua vez como um “todo” homogêneo, uma vez que eminentemente verbal. Por outro lado, a expansão de meios técnicos e processos tecnológicos, o surgimento de outros meios e processos de comunicação (pelo menos) puseram em xeque essa visada verbo e midiacêntrica, apresentando instigantes desafios e transformações teórico-metodológicas.

Nesse sentido, Rhiney, consciente, como vimos, dessa expansão do termo, define “texto” como “...a configuration of signs that is coherently interpreted by a community of users”. Assim, prossegue ele, os textos são “...innately communicative and are part of an ongoing discourse produced, received and interpreted by various social actors and agents” (RHINEY, K, 2010, p. 2810). Essa conceituação, aparentemente simples e de fácil compreensão, tem implicações várias, não só no que entendemos como “texto” como nos modos como os conhecemos e analisamos. Uma delas é que “texto” passa designar não apenas um artefato semiótico (verbal, na maioria das vezes) encontrado no cotidiano, mas um composto necessariamente heterogêneo de signos, fortemente vinculado a uma dada situação comunicativa. Além, “texto” passa a designar também um modo de apreender os acontecimentos e os fenômenos sociais. Ou seja, a vida e o agir humanos podem ser vistos como “textos”. Com isso, “textualidade” passa a se referir tanto ao que faz “de um texto um texto” como aos modos de investigá-lo.

Esse alargamento das noções de texto e de textualidades, vistos agora como processos, ainda não alcançou sua clara dimensão nos estudos da comunicação. Muitas pesquisas e muitos investigadores ainda usam o termo como se ele fosse uma contração da expressão “texto verbal”, um campo de estudos eminentemente linguístico e, mais ainda, como se as relações que o constituem e perpassam – como intertextualidade, referencialidade e sentido – fossem pouco problemáticas. Nesse quadro, este artigo busca delinear alguns aspectos e implicações dessa expansão do termo para os estudos comunicacionais, inclusive em seus aspectos epistêmico-metodológicos. A reflexão aqui proposta envolve três movimentos complementares. Primeiro, observamos que já nos estudos linguísticos a instabilidade e a processuali-

dade dos textos se apresentam como um desafio a ser considerado, num gesto que destaca algumas similaridades e distâncias entre as duas disciplinas. A seguir, avança-se na caracterização do texto para além da visada imanentista e verbocêntrica, observando-se então, mais de perto, sua instabilidade. Por fim, revisa-se algumas das implicações de tomar essa noção “expandida” de texto como recurso para apreender diferentes fenômenos comunicacionais. Objetivamos, com isso, delinear uma espécie de “mapa” de questões, muitas delas apenas sugeridas, de modo a apontar problemas, desafios e cuidados, ao nosso ver instigantes e potencialmente renovadores para os estudos em Comunicação.

1. Texto e situação comunicativa

Num livro voltado para a formação de professores do ensino fundamental, significativamente chamado *Redação e textualidade*, a também professora Maria das Graças Costa Val (2012) retoma criticamente os pressupostos da Linguística Textual no esforço de responder “o que faz com que um texto seja um texto”. A preocupação didática, de preparação dos futuros mestres para os processos de aquisição de habilidades de escrita por parte dos seus alunos, marca esse consistente livro, o que faz dele um interessante ponto de partida. Num primeiro momento, Costa Val retoma os chamados 7 princípios constitutivos da textualidade, tal como elaborados na Linguística Textual (coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade), deixando claro seu entendimento do “texto” (verbal, no caso, é bom ressaltar) como uma ocorrência comunicativa e como uma atividade humana “crucial”.

Na cuidadosa recuperação crítica desses princípios, tal como é feita pela professora, é possível observar o que aproxima e o que distingue o entendimento acerca do texto e da textualidade em áreas tão próximas como a Linguística e a Comunicação. Operando com os termos produtor e receptor, Costa Val, na revisão de cada um dos princípios, acentua a dependência deles da situação comunicativa na qual o texto se inscreve. Assim, por exemplo, a informatividade não seria uma característica do “texto em si”, mas algo a ser apreendida em relação às expectativas e conhecimentos dos usuários. Da

mesma forma, a coerência, que se refere à dimensão semântica dos textos, depende de processos e capacidades cognitivas daqueles que os usufruem, ou seja, um texto faz sentido na interação com seus usuários. Além disso, é certo que a intencionalidade e a aceitabilidade estão diretamente ligadas às disposições e disponibilidades de produtores e recebedores.

Nesse momento, a vinculação do texto à situação comunicativa é bastante clara. A textualidade, entendida por ora como o processo de emergência de algo tomado como texto, está integrada às condições comunicativas de tal forma que suas propriedades constitutivas as perpassam, a elas se articulam e se inscrevem no “resultado final”. Assim, é possível afirmar que um texto é necessariamente o fragmento perceptível de um processo comunicacional, sem o qual não é possível sua existência. Essa interdependência fundamental evita que se caia em formulações que criam uma oposição entre linguagem e vida social, valorizando, conforme a perspectiva teórica mobilizada ou o interesse de pesquisa, um ou outro polo. Assim, não se trata de reconhecer, por exemplo, que a linguagem é “instrumento” da comunicação, sendo, portanto, determinada por esta, ou, na direção contrária, que a linguagem é “condição” (portanto determinando-os) para os processos comunicacionais. Só há linguagem por que há comunicação e só há comunicação porque há linguagem. Não é possível nem sobredeterminá-los nem privilegiar um detrimento a outro.

Um outro passo é possível de ser feito agora. Embora estejamos falando de “linguagem”, é preciso ter em mente que, numa dada situação comunicativa, ela sempre se apresenta na forma material de “textos”. Ainda que as diferentes linguagens e sistemas semióticos tenham suas características peculiares, quando abordadas no âmbito dos processos comunicacionais vamos encontrá-las mobilizados em textos cuja “lógica” é antes de tudo vinculada àquela situação específica. Nos estudos da comunicação, as regras e modos de funcionamento das linguagens não são, portanto, um objetivo em si mesmos, mas um caminho para entender os textos e os processos comunicativos em que têm sua existência. Nesse sentido, à medida que desenvolve seu raciocínio, Costa Val deixa claro também a distância entre as abordagens linguística e comunicacional. Isso fica mais claro num artigo em que responde a críticas e busca corrigir equívocos de entendimento acerca de seu livro. Nele, a autora afirma que textos são artefatos e que “[c]ada vez que um usuário

interpreta um artefato como texto é porque conseguiu aplicar a ele, com sucesso, os princípios de textualização, construindo sua coesão, sua coerência e tudo mais” (p.48). Ela ilustra essa assertiva e explora sua pertinência no ensino através de um caso de uma prova escolar, que a princípio não constituiria um texto e que deixou os professores em situação difícil. Diante de um conjunto de frases aparentemente sem sentido, como se situar, especialmente com uma preocupação pedagógica?

Em que pese a reflexão interessante acerca do caso – que deixa claro a diferença de “contextos” entre professores e aluno – o exemplo explicita não apenas a atenção e o privilégio da linguística à linguagem verbal como sua dependência de certo nível de formalidade e formalização dos textos nos estudos e reflexões que promove, no esforço de apreender os modos como aquela funciona e existe no mundo. Quanto se tem em vista os fenômenos e processos comunicacionais, essa atenção e essa dependência se tornam problemáticos, marcando a passagem de uma disciplina à outra. Afinal, nenhum texto comunicacional é “puro”, do ponto de vista semiótico, sendo necessariamente “multimodal”. As palavras, por exemplo, em qualquer situação comunicativa, estão sempre articuladas a outros sistemas semióticos, como os signos sonoros e corporais (no caso da comunicação interpessoal), como a linguagem gráfica – que transforma a palavra em imagem – nos casos dos produtos impressos, ou aos sons e às imagens em movimento no caso dos produtos audiovisuais, etc, etc.

É certo que os linguistas têm essa articulação em conta, mas é certo também que seu foco é preciso e definido em torno da linguagem verbal. Para os pesquisadores da Comunicação, é preciso considerar como esses signos heterogêneos se relacionam – o que pode levar à percepção da pequena importância das palavras, em várias situações, por exemplo – como também atentar-se para as propriedades, para as qualidades desses diferentes signos, como se apresentam na situação comunicativa e como nela atuam. Para o pesquisador da comunicação, a “purificação” ou mesmo a hierarquização (*a priori* ou não) dos signos mobilizados num dado processo de textualização é sempre um risco, uma vez que advém de escolhas – sejam aquelas conscientes, vinculadas a interesses de pesquisa e a perspectivas teóricas adotadas, sejam aquelas oriundas de preconceitos e simplificações – necessariamente

críticáveis. Além disso, sendo um processo, a textualidade faz com que os textos não sejam artefatos estáveis, mas, sim, amálgamas provisórios de relações em curso. Assim, se um linguista pode partir de um *dado* texto verbal, quem pesquisa em Comunicação deve obrigatoriamente questionar-se acerca dos contornos e limites dos textos encontrados, pois isso é decisivo para a apreensão das relações que busca investigar.

Na Comunicação, um texto é sempre um mediador e a textualização um processo sincrônico e diacrônico multidimensional. Novamente, é claro que os estudiosos da linguagem verbal têm a situação comunicativa e o caráter mediador dos textos em conta, mas na comunicação essa percepção se coloca como a base de um conjunto de questões teóricas, epistêmicas e metodológicas. Afinal, é a própria mediação – em seus diferentes aspectos e dimensões – que recebe o foco das atenções e na qual todo e cada texto, na sua emergência, atua e tem sua inscrição. Nesse sentido, os diferentes agentes e dimensões de cada processo de mediação têm importância, contribuindo para as características peculiares àquela situação comunicativa, inclusive em seus aspectos regulares e institucionais. Assim, a formalização dos processos de mediação é algo que antes resulta dos processos analíticos que, ao contrário de certas correntes linguísticas, os antecede, como parâmetro teórico-metodológico. Aliás, é sempre um desafio, do ponto de vista das textualidades na Comunicação, caracterizar criteriosamente e criticamente ao menos parte desses agentes e atores e suas articulações.

A interdependência entre os textos e os processos comunicacionais faz com que a “lógica” daqueles seja menos formal que pragmática, em sentido amplo. Como observa Gonzalo Abril, a pragmática, como disciplina, costuma “reduzir” seu objeto ao uso e a comunicação das expressões linguísticas, explicando-as exclusivamente por suas condições lógicas. No entanto, quando se observa os textos em ação, nas diversas dimensões da vida cotidiana, não se consegue apreendê-los em termos exclusivamente lógico-formais. Assim, lembra Abril, “...la obligación de responder a una pregunta, en el contexto más ‘informal’ que quiera imaginarse, puede venir determinada por una multitud de condiciones micropolíticas (interés, deuda, chantaje afectivo...) irreducibles a una formulación lógico-formal” (2007, p.89). Considerar os textos como processos pragmáticos assim é reconhecê-los como práticas socio-

discursivas, historicamente situadas, cujas razões, sentidos, características, devem ser ali encontradas.

2. As textualidades e seus enredamentos

Sendo processos comunicativos e pragmáticos, as textualidades desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam a princípio os limites e os contornos dos textos. Afinal, um texto não é simplesmente um produto, um resultado final de uma prática sociodiscursiva historicamente situada, mas algo que emerge em seu desenrolar, na multimodalidade e multidimensionalidade desses processos. Se é assim, quando começa e quando termina um texto? Quando se inicia e se finda um processo comunicativo? Como sabemos, a semiose é um processo infinito e incessante, o que faz com as marcações que a tornam circunscritas sejam resultados de escolhas teórico-analíticas e, por certo, pragmáticas. Um simples “bom dia” no início do trabalho, a escolha de usar ou não uma gravata ou outra peça do vestuário ou mesmo um tal gesto manifesto numa conversa informal podem tanto ser vistos como parte de processos culturais complexos que remontam a relações históricas específicas (vinculadas ao misticismo, à etiqueta, à moda), como ações que, no presente, orientam e antecipam realidades futuras ou mesmo como atos estratégicos no âmbito estrito daquela dada situação comunicativa.

Raramente, nos estudos em Comunicação, os limites e contornos dos textos são postos em questão. Quando falamos de uma notícia entendemos que esse texto se inicia ou na manchete ou na primeira palavra que abre a narrativa, encerrando-se no ponto final e no espaço em branco que a separa de outra manchete, dos limites da página, etc. Quando pensamos na novela e na série, especialmente aquelas apresentadas na TV aberta ou fechada, entendemos, tacitamente, que nos referimos à narrativa ficcional dos capítulos em sequência, descartados os intervalos e comerciais ali presentes. Quando, num último exemplo, ouvimos uma canção temos que ela se inicia e termina com os acordes rítmicos demarcados na gravação, no show, etc. Mas não poderíamos pensar que uma notícia – sobre, digamos, um acidente automobilístico – teria seu começo na expansão das cidades ou mesmo seria um fragmento de uma narrativa inconclusa sobre o acaso e o infortúnio? Que uma novela ou série

romântica não teria seu início e seu fim na tradição de textos melodramáticos? Uma revista pode mesmo ser lida – jornalisticamente – com o desprezo do material publicitário nela presente? Os banners e os comentários não fazem parte das notícias de blogs e sites? A canção de hoje não antecipa a de amanhã?

As perguntas poderiam se suceder ao infinito. Importa aqui, por um lado, reconhecer que o que muitas vezes é tomado como o limite ou contorno “natural” de um texto nada mais é que a submissão a parâmetros ideológicos institucionais historicamente constituídos, legitimados, criticáveis e investigáveis. Interessa ao jornalismo – pelo menos ao jornalismo tal como se desenvolveu no Ocidente ao longo do século XX – a separação entre os “conteúdos” informativos, ficcionais e persuasivos; da mesma forma interessa às redes de televisão a distinção entre os “seus” produtos – sobre os quais pesa inclusive sua responsabilidade ética e jurídica – e os dos “outros”, aos quais elas apenas “cedem” espaço; interessa à indústria fonográfica e ao consumo da música popular que distingamos esta daquela canção, ainda que elas sejam muito parecidas. Isso não é dizer que as pessoas efetivamente respeitem esses limites e tomem para si aquilo que é de interesse desses agentes (por que privilegiá-los, afinal?) sociais. Por outro lado, uma visada eminentemente “presentista” dos processos comunicacionais muitas vezes simplifica as complexas relações que perpassam e instituem textos e textualidades, favorecendo, como dissemos, a perpetuação e a adoção acrítica de valores e princípios historicamente situados.

Nesse emaranhado de relações, é preciso ter em mente que um texto é necessariamente uma emergência, ou seja, algo que surge num dado processo comunicativo. A maneira como cada um – pesquisador ou não – se integra a esse processo define por certo os modos como ele vai ser experienciado e apreendido. Se o texto, portanto, não é um dado (seja ele um *a priori* já tomado como conhecido ou um produto de um processo concluído), não apenas sua instabilidade mas também seu caráter mediador passam a saltar aos olhos. Com isso, mesmo a qualidade dos elementos que o compõem deve merecer atenção. Numa reflexão sobre o estatuto ontológico dos textos, Jorge E. Gracia (1996), por exemplo, define texto como “...a group of entities, *used as signs* that are selected, arranged, and intended by an author to convey an specific meaning to an audience in a certain context” (1996, p.9, grifos nossos). Podemos encontrar nessa definição

os princípios de textualização já elaborados pela Linguística Textual, mas chama a atenção o fato de que mesmo os signos que compõem um texto podem emergir como tal no próprio processo de textualização. Para escapar da “naturalização” dos signos e respeitar o fato de que, numa dada situação comunicativa, qualquer coisa pode adquirir função signica, Gracia cunha a expressão *Entities that Constitute Texts (ECTs)*. Com isso ele lembra que os textos não são só elaborados por signos já convencionados e que mesmo o reconhecimento que algo integra uma rede textual depende da identificação da função signica que ele desempenha. Assim, um som pode ser ou não signo, a depender da situação comunicativa, da capacidade de entendimento dos interlocutores, etc. Nesse sentido, Gonzalo Abril, num esforço claramente metodológico, é preciso: todo o texto é sempre uma rede textual, cuja objetividade e identidade são sustentadas “...por las prácticas textuales que lo actualizan y dinamizan”, resultando portanto de “..una actividad histórica e intersubjetivamente mediada más que de la persistência de ciertas constantes formales” (2007, p.83). Ou seja, a “objetividade” e a “identidade” de tal texto é sempre algo provisório, uma vez de vinculadas ao trabalho da comunicação.

Alguns cuidados são agora importantes. A ideia da rede não é, como se poderia supor, um recurso presentista, de vincular o texto ao presente de uma situação comunicativa, nem um empobrecimento imanentista, ao supor que o “todo” textual está ali delineado. Ao contrário. Um único signo pode ser tomado como texto se for inserido numa dinâmica temporal que o conecta com experiências do passado e expectativas de futuro. Mesmo sendo, no presente, uma única “entidade”, esse mesmo signo, integra uma rede diacrônica que tanto possibilita que seja tomado como elemento de comunicação como contribui para o desenvolvimento de novas relações. Da mesma forma, sendo “rede” (ou entramado, arquipélago, tecido, etc), as conexões que o compõem remetem simultaneamente a um fora e um dentro, ou seja, às suas articulações “internas”, sintáticas e/ou paradigmáticas, e “externas”, com a história, as ideologias, os interlocutores (potenciais e concretos), etc. Abril, no esforço de romper com a tradição de isolamento do texto, nas análises imanentistas, e também de evitar leituras excessivamente culturalistas, chega a usar a curiosa expressão de “exoimanentismo” para caracterizar essa dupla e indistinta vida dos elementos textuais.

De qualquer forma, precisamos ficar atentos que o uso das imagens de rede, trama, tecido, arquipélago, etc, para designar textos e textualidades impõe-nos alguns cuidados importantes. Todas essas metáforas expõem as relações de interdependência entre cada fragmento (ou ECT) e o todo (mesmo provisório) do texto que se vislumbra. Isso não é dizer nem que o todo é o que determina as partes nem o contrário. Cada fragmento, cada elemento, cada nó ou ECT que forma a rede textual tem relações temporais e de sentido peculiares, que se integram, sem desaparecer na sua especificidade, ao conjunto que contribui para formar. Assim, uma complexa articulação de relações metonímicas se descortina à nossa frente, que envolvem amplos níveis “macro” (jornalismo/notícia, jornalismo/literatura ou jornalismo/narrativa, por exemplo), intermediários (“a” notícia e as notícias, esta série e outras séries, etc) e micro (este signo e não aquele, este signo e aquele, etc). E isso envolve tanto o respeito aos aspectos sincrônicos e diacrônicos dessa rede e de suas partes, ou, para usar os termos de Abril, diz respeito respectivamente aos eixos “ecológicos” e “genealógicos” que os informam.

Em outras palavras: todo texto é um plasma provisório de um processo em curso, no qual elementos heterogêneos se apresentam articulados, em mais de um nível. Isso é dizer que todo e cada texto é necessariamente “híbrido”, “intertextual”, “dialógico”, “impuro” e “heterogêneo”, ainda que nem sempre polifônico, a depender do nível que se observa e da definição de polifonia mobilizada. As metáforas da rede e similares não expõem apenas nós, linhas visíveis e espaços aparentemente (só aparentemente) vazios, mas apelam ao caráter multidimensional, multiforme, impreciso, inconcluso e diverso da textualidade e dos processos comunicacionais. Respeitar e lidar essa heterogeneidade é um desafio enfrentado pragmaticamente todos os dias pelas pessoas nas suas diferentes interações sociais e um instigante problema para os pesquisadores.

Esse problema fica ainda mais complexo quando se tem em mente o alerta feito por John Dewey, no clássico “Art as Experience”(1980), acerca da polissemia da palavra “sentido”. É certo que os textos “fazem” sentido, mas o que isso quer dizer? “Sentido” remete certamente a “significado” e “significação”, mas não só. Diz Dewey:

“Sense” covers a wide range of contents: the sensory, the sensational, the sensitive, the sensible, and the sentimental, along with the sensuous. It includes almost everything from bare physical and emotional shock to sense itself – that is, the meaning of things present in immediate experience. Each term refers to some real phase and aspect of the life of an organic creature as life occurs through sense organs. (1980, p.22)

Na reflexão de Dewey, a expressão “sentido” conecta-se fortemente à experiência e a diferentes dimensões do viver, nos quais os “sentidos” têm um papel fundamental. E mesmo que sua crítica seja feita a partir da língua inglesa, a sua pertinência é bem mais ampla. Se acrescermos à exploração do filósofo americano os conteúdos de intencionalidade e direção, presentes, por exemplo, na pergunta “qual o sentido disso?”, percebemos que, ao contrário do que afirma Gracia, entre vários outros, “textos” são mais que veículos de significado. É importante lembrar, aliás, que a significação comporta relações e possibilidades de sentido muito amplas e variáveis e que não são excludentes entre si. Assim, comunicar é bem mais que produzir e transmitir significados e algumas – se não muitas – experiências comunicativas têm seu sentido não na circulação de informação, mas no compartilhamento de sensações, sentimentos, afetos e/ou mesmo na própria condição de estarmos juntos.

Descortinam-se então dimensões dos processos comunicacionais, como as da presença, dos afetos e das materialidades, (GUMBRECHT, 2010; STEWART, 2014) muitas vezes negligenciadas pelos pesquisadores da área. As relações entre os textos e as textualidades e essas dimensões dos processos comunicacionais são bastante complexas. Há inclusive aqueles que recusam o uso do termo “texto” no âmbito das pesquisas sobre esses temas, em nome da tradição verbocêntrica e semântica à qual ele é frequentemente associado. Se se tem em vista a expansão da noção de texto, porém, a dissociação das textualidades e os afetos, materialidades e presenças, ou seja, e as demais relações de sentido, não se justifica. Reconhecer a riqueza das textualidades é também respeitar e ter em conta as complexidades dos processos comunicacionais, enfrentando, então, os desafios que aí se apresentam.

3. Conhecer as textualidades

A interdependência entre comunicação e as textualidades e, mais especificamente, apreender os textos como práticas sociodiscursivas historicamente situadas permite levá-los para dentro da investigação nas ciências humanas. Mikhail Bakhtin, num ensaio inacabado, mas incontornável, foi um dos primeiros a reconhecer isso. Num dos fragmentos desse ensaio, significativamente chamado “O Problema do Texto”, ele diz:

O texto é o dado primário (a realidade) e o ponto de partida de todas as disciplinas nas ciências humanas.(...) O objeto real é o homem social (e público), que fala e se expressa por outros meios. Quando se trata do homem em sua existência (em seu trabalho, em sua luta, etc) será possível encontrar uma abordagem que diferente daquela que consiste em passar pelos textos de signos que ele criou ou cria? Será possível observá-lo e estudá-lo enquanto fenômeno natural, enquanto coisa? (1992, p.341)

Gonzalo Abril, claramente inspirado nessas e noutras reflexões bakhtinianas, explicita ainda mais essa relação:

...los textos no son sólo “objetos culturales” mediados, sino también dispositivos de mediación de otros procesos culturales. Esta observación permite afirmar que no todo proceso, comportamiento o práctica cultural es un texto, por más que, como Bajtín afirmó, todo comportamiento pueda interpretarse como un “texto potencial”. (2007, p. 85)

É exatamente esse caráter de “texto potencial” que é decisivo aqui. Uma vez que a ação, o agir humano são alvo de investigação e reflexão, faz-se necessário então fazer emergir esse texto potencial, de modo que esse viver seja interpretável e conhecível. Numa outra linha de raciocínio, Rhiney recorre a Paul Ricoeur e Clifford Geertz para desenvolver reflexão semelhante. Do primeiro, retoma-se a ideia de que a vida social, como um texto, é seccionada das intenções dos seus autores originais, inerentemente instável e possui um certo nível de “objetividade”. De Geertz, recupera-se a ideia de que a cultura pode ser “lida” pelo investigador da mesma forma que se pode ler um livro. A referência à Antropologia não deixa de ser bastante significativa aqui.

Abril observa que é da qualidade do trabalho etnográfico produzir textos que medeiam as experiências de observação e participação e as de leitura, registro, arquivo, etc. Isso é dizer, então, que o “texto etnográfico” não precede ao trabalho do pesquisador, mas emerge exatamente com ele. Essa observação de Abril é certamente amparada por um conjunto bastante amplo de estudos antropológicos, que vem oferecendo importantes contribuições para o entendimento e operacionalização dos processos de textualidade (Bauman e Briggs, 2006; Tomlison, 2014, entre outros).

Na reflexão em torno das textualidades como um modo de conhecer e investigar as realidades sociais, diferentes e variadas implicações se apresentem. Em função dos limites de espaço e mesmo do escopo deste artigo, gostaríamos de destacar, brevemente, ao menos três delas. A primeira, talvez a mais óbvia (mas não a menos instigante), é que se o “texto” não é um dado da “natureza social”, ele emerge a partir do trabalho, do engajamento (em todos os sentidos) do pesquisador. Isso é dizer que o “objeto” a ser analisado depende dos interesses, das escolhas, premissas, ideologias e preconceitos incorporados pelo “sujeito” do conhecimento. Posicionado no processo comunicacional, nas práticas sociodiscursivas que quer analisar, portanto, o pesquisador é um agente da textualidade, correndo, nesse caso, todos os riscos, para dizer o mínimo. Alguns exemplos podem ser úteis, aqui, no âmbito dos estudos da comunicação. Como observa Carlos Carvalho, muitas das pesquisas em jornalismo compartilham, explícita ou tacitamente, dos pressupostos, valores e conceitos postos em circulação pelos agentes jornalísticos. Com isso, muitos trabalhos acabam por contribuir para esforços de legitimação do jornalismo como instituição social e adotam acriticamente categorizações e hierarquias questionáveis, como aqueles encontrados nas expressões “jornalismo de referência” e “jornalismo popular”. Ao fazer isso, a própria diversidade do fenômeno jornalístico é frequentemente desprezada quando ele passa a ser visto a partir dos produtos, das mídias informativas “de referência” e mais prestigiadas. Na TV, por exemplo, há muitos estudos sobre os telejornais das grandes emissoras e, especial, acerca dos programas do *primetime*, deixando-se de lado a TV que existe e é feita em outros horários, outras dimensões, sob outros parâmetros.

O enfrentamento desses localismos e limitações esbarra numa outra

dimensão dessa “centralidade” dos textos na pesquisa em ciências humanas. Paul Ricoeur, nos estudos mencionados por Rhiney, enfrenta esse problema, que, por sua vez, também não era desconhecido por Bakhtin. Na tradição científica moderna, a cisão entre a explicação e a interpretação marcaria a diferença entre as ciências exatas e biológicas de um lado e as ciências humanas, de outro. Recusando a hierarquia que privilegiaria as primeiras em relação às outras, Ricoeur advoga que é sim possível desenvolver um movimento explicativo dos textos, não mais a partir dos parâmetros das ciências naturais. O movimento reflexivo desenvolvido pelo filósofo francês é, nesse sentido, bastante elucidativo:

Podemos fazer do texto um primeiro modo de leitura, uma leitura que regista, se assim se pode dizer, a *intercepção pelo texto de todas as relações com o mundo* que se possa mostrar e com subjectividades que se possam dialogar.(...) Por esse projecto particular, o leitor decide colocar-se “no lugar do texto” e na clausura desse lugar; com base nessa escolha, o texto não tem fora, só tem um dentro; não visa a transcendência...Esse projeto não é apenas possível, mas legítimo; de facto, a constituição do texto como texto e da rede de textos como literatura autoriza a intercepção desta dupla transcendência do discurso, para um mundo e para um outrem. A partir daí, é possível um comportamento explicativo relativamente ao texto. (1991, p.149, grifos nossos)

Ricoeur desenvolve essas reflexões num esforço de, fazendo jus à tradição hermenêutica e fenomenológica à qual se filia, dialogar com o pensamento e os estudos estruturalistas que estavam num momento de explosão. Nesse trecho, Ricoeur então antecipa algumas reflexões e perspectivas que se desenvolveram posteriormente, algumas delas já recuperadas aqui. É possível “explicar” um texto, a partir dos parâmetros semiótico e estrutural, quando se entende que não que ele é um todo em si mesmo, mas que ele “intercepta”, medeia, as relações com o mundo, num gesto, porém, que depende do “leitor”. Quem é esse leitor, quem é que promove essa intercepção e faz, então, nos termos que usamos aqui, emergir esse texto peculiar? Não é o próprio pesquisador? Uma explicação do texto, a exemplo do que buscavam promover estruturalismos e semióticas, portanto, é legítima se se considera que suas “relações internas”

são também relações “do mundo”. Não se trata, como Ricoeur deixa claro, de um entendimento acerca da “explicação” nos termos postos de Dilthey, mas de reinvidicar, no âmbito das ciências humanas, a possibilidade de um conhecimento acerca de regularidades, sistemas e leis gerais.

Ricoeur busca, em suas reflexões, como ele deixa explícito, não apenas recusar, para as ciências humanas, a diferença radical entre explicar e interpretar, como afirmar que ambos modos de conhecimento mantêm entre si uma relação de complementariedade. Sem adentrar demasiado no âmbito desse debate epistemológico (que por certo não se esgota com o trabalho do filósofo francês), cabe ressaltar, para a discussão aqui desenvolvida, as implicações éticas presentes nesse dar-se a conhecer pelos textos. Ricoeur é novamente bastante claro: a passagem da interpretação à explicação e vice-versa coloca em questão o próprio pesquisador, o sujeito do conhecimento, o “leitor”. Ao operar os textos, como lugares de conhecimento, esse “leitor” apropria-se deles. No entanto, alerta Ricoeur, “ a interpretação de um texto completa-se na interpretação de si dum sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou que começa mesmo a compreender-se”. Isso é dizer então:

Por um lado, a compreensão de si passa pelo percurso da compreensão dos signos da cultura, nos quais o si se documenta e se forma; por outro, a compreensão do texto não é seu próprio fim, ela mediatiza a relação consigo de um sujeito que não encontra, no curto circuito da reflexão imediata, o sentido da própria vida. É por isso que é preciso dizer, com uma força igual, que a reflexão não é nada sem a mediação dos signos e das obras, e que a explicação não é nada se não se incorporar como uma intermediária no processo de compreensão de si: numa palavra, na reflexão hermenêutica – ou na hermenêutica reflexiva – a constituição do si e a do sentido são contemporâneas (1991, p.155/156)

A dimensão ética que transparece no pensamento de Ricoeur vincula-se, como se observa, num princípio básico de alteridade: sujeito e textos fundam-se na textualidade, pondo-se em movimento e tornando-se outro para e pelo outro, num movimento em que conhecer o outro é conhecer-se

a si como outro. As consequências desse raciocínio são bem vastas, mas do ponto de vista da produção de conhecimento implica necessariamente o gesto consciente acerca do que, como e porque move o pesquisador no mundo e como este o faz mover-se. Além da recusa de uma cisão a priori entre sujeito e objeto, é importante ter em perspectiva que o pesquisador, como sujeito do seu tempo, é ele mesmo “lugar” de descoberta, “objeto” do e no mundo a ser interpretado.

Nesse movimento reflexivo, a pergunta “sobre o que fala o texto” adquire importância crucial. Entre as várias reduções que vimos combatendo aqui, uma das mais recorrentes é a que toma o texto como espelho de algo que lhe antecede. Assim, um dado texto só pode fazer referência, “representar”, algo já dado na cultura, algo já reconhecidamente existente. Subjaz a esse entendimento a tanto a ideia de um mundo relativamente estável, quanto a percepção do texto como um “veículo”, como uma concepção da mímesis como simples imitação. Essa discussão, por si só, necessitaria de um longo e cuidadoso investimento. No entanto, por ora é importante reconhecer que, se texto e sujeito de conhecimento interpenetram-se e deslocam-se, num processo reflexivo constante, seria contraditório supor que o “mundo do texto” seja algo já concebido. Além disso, se o texto é algo instável, que emerge no processo comunicativo, suas relações referenciais também são amplas e diversas. Um mesmo texto pode fazer referência a um dado da cultura, como, ao dar-lhe forma, atuar sobre ele e desloca-lo. Não são poucos os textos, aliás, que não só remetem a uma configuração cultural específica como projetam possibilidades e mundos possíveis.

Como observa Umberto Eco (1998), se a referencialidade é de ordem contratual, não se pode negar, que ela é mais complexa e instável, mesmo multidimensional, que a metáfora do espelho sugere. Assim, seria preciso verificar, em tal e qual processo comunicativo, em cada prática sociodiscursiva historicamente localizada, quais as referências mobilizadas e propostas. É preciso ter em mente não só a instabilidade e incerteza do mundo quanto a força propositiva, impulsionadora que nossas ações (percebidas ou não como textos) adquirem, sob o risco de eterna repetição e empobrecimento de passados, presentes e futuros. Além disso, por tudo que foi visto aqui, nenhum “texto” é um “veículo”, mas um modo de agir, uma forma de experiência, de

múltiplos sentidos e, por que não, múltiplas referências. Nas suas relações “exoimanentistas”, os textos contem, em maior ou menor grau, um elemento de criatividade, de diferença, de alteridade. Como vimos, a passagem da ideia de texto como algo estável para seu entendimento como processo, como práticas sociodiscursivas historicamente situadas, desloca um conjunto de pressupostos com os quais estamos acostumados. Abrem-se também um vasto terreno de investigação, tanto na abordagem dos fenômenos conceituais como do ponto de vista teórico-metodológico. Há, portanto, nessa interdependência entre textos e comunicação, muito o que refletir, analisar, investigar.

Referências Bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Sintesis, 2007
- ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual: de la semiótica a lo político*. Madrid: Plaza y Valdés, 2014.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre linguagem e vida social. *Ilha – Revista de Antropologia*, 2006, p. 185-229
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo, Unesp, 2002.
- CLOUGH, Patricia T. Introduction. *Affective turn* N. York: Duke, 2007
- DEWEY, John. *Art as experience*. Nova York: Perigee, 1980
- DUARTE, E. B. Reflexões midiáticas: o texto televisivo. In: V Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, 2000, Santiago do Chile. Anais do V Alaic. Disponível em: www.eca.usp.br/associa/alaic/chile2000/.../Bastos.doc
- ECO, Umberto. *Entre a mentira e a ironia*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ECO, Umberto. *Kant e o ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998
- GRACIA, Jorge E. *Texts: ontological status, identity, author, audience*. Nova York: State University of New York Press, 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Editora UFMG, 2003.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. *Corpo e forma*. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 1998, p.137-153
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção da presença*. São Paulo: Contraponto, 2010
- HEPP, Andreas. *Cultures of Mediatization*. Nova York: Polity, 2012.
- KEARNEY, Richard. *On Paul Ricoeur*. Berlington: Ashgate, 2004
- LANDOWSKI, Eric. *Presença do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002
- RHINEY, K. Text/Textuality. WARE, B.(ed). *Encyclopedia of Geography*. Thousand Oaks: Sagem 2010, p.2809-2813.
- RICOEUR, Paul. Cinco lições: da linguagem à imagem. *Sapere Aude*. Belo Horizonte: PucMinas, v.4, n.08, p.13-36, 2013. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/6426/5959>
- RICOEUR, Paul. *Do texto a ação: ensaios de hermeneutica II*. Porto: Res, 1991
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. 3v
- ROZIK, Eli; NOTH, Winfried; BISHARA, Nina. *Self-reference in the media*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, c2007
- RYAN, Marie-Laurie. *Narrative as virtual reality*. Nova York: John Hopkins University Press, 2001.
- STEWART, Katheleen. *Ordinary affections*. N. York: Duke, 2007
- TOMLINSON, Matt. *Ritual textuality*. N. York: Oxford University Press, 2014
- VAL, M. Graça Costa. *Redação e textualidade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- VAL, M. Graça. Repensando a textualidade. In: José Carlos Azeredo. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000, v. -, p. 34-51.

Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação

Elton Antunes, Rennan Mafra, Carlos Jáuregui

1. Introdução

Sem sombra de dúvidas, o texto impresso por máquinas detém a *pole position* em meio às formas técnicas – parafernálias que imputaram à comunicação uma saliência digna de ocupar o escopo das preocupações modernas. Pelo menos na visão de Gumbrecht (1998), a invenção desses tais aparelhos que prensam formas tipográficas em folhas de papel se apresenta como gesto instaurador de um modo hegemônico do estar-junto, nos tempos de agora. Não por acaso, a passagem do manuscrito para a impressão produziu marca social indelével: segundo Gumbrecht (1998), o que se apresentou como expressivamente novo, a partir de então, foi a interferência, como nunca antes sentida, que as formas e que os meios técnicos de comunicação passaram a exercer nas mentalidades dos sujeitos e na ordem social.

De modo particular, como *instituída* porém *instituinte* de gestos significantes, essa escrita materializada e reproduzida tecnicamente possibilitou novas formas de interação, questão que fissura de modo singular a experiência e a organização da sociedade. A materialização de gestos significantes